



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, NA FORMA QUE ABAIXO SE INDICA (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8500597-32-2017.8.06.0001).

CV Nº 116/2017

Por este Termo que celebram entre si o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes, no uso de suas atribuições legais, e o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.954.605/0001-60, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito, ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA, com interveniência da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, neste ato representada pelo Ilmo. Sr. Secretário PHILIP THEOPHILO NOTTINGHAM, ajustam entre si a PRESTAÇÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA RECÍPROCA, de acordo com as normas vigentes, mediante as condições estipuladas nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este Convênio tem por objeto a cooperação técnica e administrativa recíproca entre os partícipes, objetivando o suprimento de execução de tarefas de natureza técnica e/ou administrativa, conforme dispõem suas atribuições e competências.

Parágrafo Único – Havendo a carência técnica e/ou administrativa em cada entidade partícipe, para o exercício de Cargo em Comissão, no nível de Direção e Assessoramento Superior ou intermediário e para Assessoramento Parlamentar, poderão ser realizadas, no prazo de vigência desse Convênio, cessões mútuas de servidores integrantes dos quadros do Executivo Municipal e do Judiciário Estadual, com ônus para o respectivo órgão de origem, observadas as disposições do Decreto nº 13.068, de 04.01.13, publicado no DOM de 09.01.13 do Decreto nº 13.196, de 09.08.13, publicado no DOM de 13.08.13 e do Decreto nº 13.436 de 11.11.2014, publicado no DOM de 12.11.14.

Cláusula Segunda - Dos Procedimentos Especiais



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A cessão e/ou disposição de qualquer servidor somente será concedida com esteio neste Convênio e desde que não prejudique os serviços do setor onde ele for lotado, a critério da chefia imediata, consultado, igualmente, o superior da respectiva pasta.

§ 1º – A requisição da cessão e/ou disposição será feita mediante troca de expedientes entre o **Chefe do Poder Executivo do Município de Fortaleza – CE** e o(a) **Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, competindo-lhe a tomada imediata das medidas necessárias para o possível atendimento da cessão;

§ 2º – Os expedientes mencionados no parágrafo anterior deverão indicar nome, cargo/função ou emprego e órgão de lotação do servidor solicitado;

§ 3º – Os servidores somente serão cedidos após a publicação deste Termo de Convênio, bem como do ato administrativo que o cedeu, no Diário Oficial de cada partícipe;

§ 4º – O poder cessionário obrigará-se a enviar, mensalmente, ao órgão de origem, a frequência do servidor cedido, sob pena de desconto, por falta, na remuneração mensal do servidor;

§ 5º – Não poderão ser cedidos servidores pertencentes ao Executivo Municipal, ocupantes dos Cargos/Funções de Professores, Médicos e Guardas Municipais.

§ 6º – Poderá ser autorizada, desde que devidamente justificada, a cessão ou disposição de servidor público que ainda não cumpriu o estágio probatório, ficando este suspenso até o retorno do servidor às suas atividades em seu órgão de origem.

§ 7º – Não será cedido o servidor contra o qual tramite sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Cláusula Terceira – Da Remuneração e da Contribuição Previdenciária:

Os servidores cedidos perceberão pelo órgão/entidade de origem a remuneração a que têm direito pelo exercício, função ou emprego de que são titulares no Poder cedente, devendo o Poder cedente ser ressarcido mensalmente pelo Poder cessionário.

§ 1º – O Poder cedente remeterá mensalmente ao cessionário a relação dos servidores cedidos com suas respectivas fichas financeiras, demonstrando os valores a serem ressarcidos pelo Poder cessionário;

§ 2º – Os servidores do Município de Fortaleza – CE cedidos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará receberão a remuneração mensal pelo órgão/entidade de origem, inclusive as vantagens remuneratórias fixas e de caráter pessoal, devendo, entretanto, o cessionário ressarcir mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, o total a ser ressarcido, através de depósito identificado, com código a ser fornecido pela Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza – CE, e comunicado ao cessionário pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG;

§ 3º – O ressarcimento de que trata o parágrafo anterior será **acrescido do percentual de 22% (vinte e dois por cento) sobre a remuneração mensal do cargo/função do servidor cedido, em favor do Instituto de Previdência do Município – IPM**

31



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Previdência, de 4% (quatro por cento) em favor do Instituto de Previdência do Município – IPM Saúde, da forma descrita no parágrafo anterior;

§ 4º – Os servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará cedidos ao Município de Fortaleza – CE receberão a remuneração mensal pelo órgão/entidade de origem, inclusive as vantagens remuneratórias fixas e de caráter pessoal, devendo, entretanto, o cessionário ressarcir mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, o total da remuneração, através de depósito identificado, com código identificador fornecido pelo órgão competente do Poder cedente;

§ 5º – O ressarcimento de que trata o parágrafo anterior será acrescido do percentual de 22% (vinte e dois por cento) sobre a remuneração mensal do cargo/função do servidor cedido, em favor da contribuição previdenciária patronal, da forma descrita no parágrafo anterior.

Cláusula Quarta – Da Vigência

O presente Termo terá vigência **a partir de sua assinatura**, findando em 31/12/2018, podendo, no entanto ser denunciado a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro – Ficam convalidados desde 1º de janeiro de 2017 as cessões de servidores ocorridas e os atos praticados pelos servidores cedidos em razão da celebração do Convênio anterior, desde que em estrita observância das cláusulas previstas neste instrumento.

Parágrafo Segundo – A partir da vigência deste Termo, fica sem nenhum efeito qualquer Termo com finalidade semelhante, anteriormente firmado entre os convenientes deste, bem como as disposições mútuas anteriormente concedidas.

Cláusula Quinta – Da Rescisão

Este Termo poderá ser rescindido na ocorrência das seguintes situações:

- a) pelo decurso da vigência sem manifestação de interesse na sua prorrogação;
- b) pelo descumprimento pelos partícipes de qualquer de suas disposições;
- c) pela ocorrência de qualquer ato ou fato que o torne inexecutável;
- d) por iniciativas unilaterais, devendo o partícipe interessado informar ao outro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, obrigada a prestação de contas em qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula;
- e) por consenso das partes.

Cláusula Sexta – Da Publicidade

O MUNICÍPIO DE FORTALEZA e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ se comprometem a, nos termos da Lei, fazer publicar o inteiro teor ou o extrato do presente Convênio nos Diários Oficiais do Município e da Justiça do Estado.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Clausula Sétima - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas porventura resultantes do presente Termo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza, 20 de abril de 2017.

FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

TESTEMUNHAS: _____




EXTRATO DE CONVÊNIO

1. **DOS CONVENIENTES:** - O MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.
2. **DO OBJETO DO CONVÊNIO:** - COOPERAÇÃO DE NATUREZA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, COM VISTAS À CESSÃO DE SERVIDORES COM ÔNUS PARA A ORIGEM E RESSARCIMENTO PELO ÓRGÃO CESSIONÁRIO.
3. **DA FORMA DE CONVÊNIO:** - COM ESTEIO NO ACORDO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE E O TRIBUNAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.
4. **DA VIGÊNCIA:** - A PARTIR DA DATA DA ASSINATURA DO CONVÊNIO, FINDANDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.
FICAM CONVALIDADOS DESDE 1º DE JANEIRO DE 2017 AS CESSÕES DE SERVIDORES OCORRIDAS E OS ATOS PRATICADOS PELOS SERVIDORES CEDIDOS EM RAZÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ANTERIOR, DESDE QUE EM ESTRITA OBSERVÂNCIA DAS CLÁUSULAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO.
5. **FORO:** FORTALEZA-CE.
6. **ASSINATURAS:** - FRANCISCO GLADYSON PONTES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE, PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM, SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.
7. **DATA DA ASSINATURA:** 20 DE ABRIL DE 2017

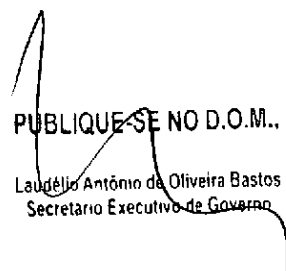

Ailton Douglas de Andrade Lucas

Coordenador Jurídico - OAB/CE 17.404

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG

De acordo

Philippe Theophilo Nottingham
Secretário Municipal de Planejamento
Orçamento e Gestão - SEPOG

PUBLIQUE-SE NO D.O.M..


Laudelino Antônio de Oliveira Bastos
Secretário Executivo de Governo